



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/SGA/NUP

SEI Nº 0011931-77.2021.6.05.8000

À
ASJUR

Em atenção ao pedido de esclarecimento (doc 1729271) solicitamos a manifestação da ASJUR, posto que o licitante questiona a se Capacidade Técnico Profissional da licitante, elencada no item 11.1.7.2 do Edital deve ser comprovada na fase de habilitação. Neste ponto a licitante expõe sua discordância argumentado que tais exigências devem ser apresentadas por ocasião da assinatura do contrato.

Para fundamentar seus argumentos a licitante citou o Acórdão TCU 1396/2012 - PLENÁRIO, o qual consta que:

"...não é válido exigir que as licitantes apresentem relação nominal dos membros que compõem a equipe, nem que comprovem o vínculo profissional entre eles, bastando, na fase de habilitação, a apresentação de declaração formal do próprio licitante de que dispõem de pessoal técnico adequado para atender as condições do Edital e executar regularmente o objeto e que somente deve ser apresentado pela empresa vencedora da licitação na assinatura do contrato."

Ora, no item 11.1.7.2 do Edital concernente a capacidade técnico-profissional, salvo melhor entendimento, infere-se das alíneas "b e c" que na fase de habilitação a empresa licitante deve apresentar **declaração** de contratação futura de profissional, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional, bem como declaração de que dispõe de pessoal técnico capacitado para execução dos serviços. Em momento algum o Edital cita que os profissionais elencados na alínea "a" devem integrar o quadro permanente da empresa no momento da habilitação senão vejamos:

b) A comprovação de vínculo profissional com a empresa licitante poderá ser demonstrada, entre outros meios, através de Carteira de Trabalho, Contrato de Prestação de Serviço ou Contrato Social, ou ainda, de declaração da contratação futura do profissional, desde que acompanhada da declaração de anuência do profissional.

c) Deverão ser apresentadas pelas licitantes declaração de que dispõem de pessoal técnico capacitado para a execução dos serviços e declaração de que atendem a todos os requisitos de infraestrutura da Central de Serviços e o provimento, às suas expensas, de ambiente adequado à implantação da CENTRAL, a partir do qual serão as atividades de atendimento e suporte técnico de 1º nível e demais serviços.

(acórdãos 103/2009 e 1.808/2011, do Plenário, entre outros)'. Pontuou a relatora que o objetivo da Administração é garantir que os profissionais indicados possam, fato, desempenhar suas funções para garantir a execução do objeto licitado: 'O vínculo do profissional qualificado não precisa, portanto, ser necessariamente trabalhista ou societário. É suficiente a

existência de um contrato de prestação de serviços, regido pela legislação civil comum'.

Ante o exposto acima se depreende que o descrito no item 11.1.7.2 do edital que trata da capacidade técnico-profissional não vai de encontro as disposições contidas nos Acórdãos 103/2009 e 1.808/2011 do TCU. Entende o pregoeiro que as alegações da licitante CTIS TECNOLOGIA S.A. não encontram sustentação nos acórdãos citados acima, pelo fato de que a empresa entende que os documentos devem ser apresentados na fase de habilitação, diversamente do que prevê os acórdãos.

Apesar de a empresa licitante ter apresentado sua irresignação como pedido de esclarecimento, entendemos que no contexto geral trata-se de um pedido de impugnação, por esta razão submetemos o presente pedido de esclarecimento ao crivo da ASJUR.

Salvador, 22 de Setembro de 2021

Gilson S Conceição

Pregoeiro



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Soares da Conceição, Analista Judiciário**, em 22/09/2021, às 10:57, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1729282** e o código CRC **71C41E7E**.